

Deputado pede intervenção no Tocantins alegando corrupção

Classificando os desmandos do Governo de Tocantins, "onde não prevalece outra lei que não a vontade do governador Siqueira Campos", como suficientes para uma "intervenção federal", o deputado de Goiás, Hagahús Araújo, está pedindo à Procuradoria Geral da República uma investigação nas contas do Estado, "pois os comentários são cada vez mais escabrosos". Entre as acusações de Hagahús, estão a compra de materiais através de operações ilícitas, superfaturamentos, nomeação de quatro mil pessoas sem concurso público,

como prevê a lei, e concessão de benefício "às empreiteiras que o apoiaram durante a campanha eleitoral".

Além disso, enumera o parlamentar, "o presidente do Tribunal de Justiça foi denunciado na Corregedoria Geral de Polícia por corrupção de menores, tendo sido afastado do cargo por fraude em concurso para juiz, com quebra de sigilo nas provas". Enquanto isso, o juiz de Paz de Araguaçu, Gerson Vieira Lobato, "é ladrão de galinha e foragido da Justiça de Brasília".

Como se não fosse bastante, prossegue Hagahús, o Tribu-

nal de Contas de Tocantins, que por força de lei deveria ser constituído por "homens de idoneidade moral e reputação ilibada; com notório conhecimento jurídico, econômico e de administração pública, está abrigando funcionários incompetentes". Entre eles, o deputado aponta João de Deus Miranda, "de formação primária incompleta e respondendo processo por corrupção; Antônio Gonçalves de Carvalho, odontólogo e que exerce a profissão irregularmente, sem se inscrever no Conselho Regional de Odontologia; e José Ribamar Menezes".